

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO POTIGUAR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES LEIGOS NA DÉCADA DE 1970.

Rodrigo Wantuir Alves de Araújo

Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN

wantuir@ufrn.edu.br

RESUMO

Este é um estudo inicial com enfoque na história da educação brasileira, particularmente do Estado do Rio Grande do Norte, e tem como objetivo compreender o processo de profissionalização do professor leigo em seu exercício do magistério e a sua prática pedagógica a partir da reforma educacional formulada na Lei 5.692/71 que modificou o currículo, o nível de ensino e ampliou, além da gratuidade, a obrigatoriedade da educação para crianças e jovens de 07 a 14 anos. Isso colaborou para que houvesse o aumento de salas de aula em toda a rede escolar do Brasil, mas ao mesmo tempo, esbarrou com o problema da falta de qualificação docente. Como uma forma de erradicar o problema da formação de professores leigos, durante a década de 1970, eclodiram pelo Brasil diversos programas de formação e titulação de professores. Este estudo é alicerçado mediante também das análises e reflexões dos projetos educacionais e da formação docente criados por autarquias do Governo Federal (1971 – 1985) dentro do contexto político do Regime Militar brasileiro e das transformações sociais e econômicas durante a década de 70 no século XX. Desse modo, estão sendo analisados os principais processos de profissionalização do Magistério e dos sujeitos que participaram ativamente neles, além dos elementos e conteúdo dos materiais didáticos dos projetos SACI e Logos II, no período de 1971 a 1985. Estudar sobre a formação docente é uma maneira de entender como o processo de educação foi se constituindo e tomando forma na sua concepção e execução pragmática, ao mesmo tempo que demonstra uma trajetória disposta pelo Governo, instituições, professores e alunos dentro desse percurso educacional, possibilitando reflexões sobre a educação. Como material de estudos, foi realizado um levantamento bibliográfico do contexto histórico nacional e do Rio Grande do Norte. Para a sistematização dos conceitos, categorias e teorias, autores que estudam a temática já constam, a princípio, um levantamento de materiais que estão sendo utilizados para leitura e apropriação de ideias e de conhecimento sobre o recorte espacial e temporal proposto na construção dessa profissionalização docente e da história da educação.

Palavras-chave: História da Educação; Profissionalização do Magistério; Projeto Saci; Projeto Logos II.

Introdução

A história da formação dos professores é um capítulo importante na história da educação brasileira. O recorte temporal desse trabalho na década de 1970 abrange um período em que os professores, em sua maioria, eram considerados leigos¹. Esse termo que foi comumente chamado e que precisa também ser problematizado mediante a questão do ser professor. Assim, propomos o estudo sobre dois projetos que titularam os professores no Rio Grande do Norte na década de 1970: o projeto SACI e projeto Logos II. Abordamos o processo de formação dos professores que fizeram cursos de capacitação do magistério primário e da habilitação do 2º grau modalidade magistério, respectivamente.

No projeto SACI, ressaltamos a formação a distância, o processo de teleducação, que ocorreu no Estado, as dificuldades e as considerações acerca do projeto, mediante o depoimento estudos e análises de materiais bibliográficos e acervo documental. Discutimos também o Projeto Logos II, que ofereceu educação a distância, a partir do ensino individualizado, que tinha como objetivo principal a habilitação dos professores em 2º grau magistério para lecionarem de 1ª a 4ª série. Assim, foram evidenciadas as experiências e as impressões sobre educação e sobre ensino, bem como as dificuldades na participação do curso e as experiências com o microensino, entre outras perspectivas do Logos II na vida dos professores e o seu processo de profissionalização.

O Projeto SACI

O Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares conhecido como Projeto SACI do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foi um programa de educação à distância que tinha como objetivo central colaborar com a educação na escola primária, favorecendo a capacitação do professor e do aluno, mediante o uso de tecnologias na escola. Surgido na década de 1970, em contexto áureo do Regime Militar, esse projeto teve influência na sua gênese e formação filosófica, com os ideais do cientificismo e do

¹ Era considerado professor leigo o profissional que não tinha titulação adequada com a Lei vigente.

progresso tecnológico como a solução para o enfrentamento dos problemas da escola básica.

Esse projeto é tema pouco recorrente pelo público na Academia e na história da educação, havendo pouco acervo bibliográfico que abordasse tal temática, embora seus frutos na história da educação, sobretudo do Rio Grande do Norte, sejam conhecidos por grande parte do público que trabalha com Educação a Distância e tecnologia, pois durante a década de 70 do século XX, era o que havia de mais moderno no tocante à educação. Há poucos trabalhos bibliográficos que discorrem sobre o tema concernente ao uso das novas tecnologias na escola como a televisão, pois, no seu contexto de criação, era algo muito sofisticado para as escolas no interior do Rio Grande do Norte que sequer tinham energia elétrica.

De acordo com Paiva (1983), as ideias seminais do projeto SACI são frutos do relatório ASCEND² produzido em 1967 pela Universidade de Stanford, Estados Unidos e publicado em 1969, que citava países em desenvolvimento, como o Brasil e o sistema de teleducação³, como uma alternativa para o desenvolvimento educacional. Embora esse projeto tenha encontrado resistência nos países latino-americanos, houve maior aceitação no Brasil devido ao alinhamento político e ideológico do Regime Militar com a política estadunidense.

Precisamos destacar também o pioneirismo da Educação a distância, pois embora já houvesse cursos à distância, esses eram por correspondência. O próprio rádio também foi utilizado para formação a distância, mas, agora, o acesso ao conteúdo educativo foi através da televisão, o que na época seria considerada uma nova tecnologia educacional. Ainda sobre a escolha do local e o objetivo do projeto, temos a seguinte informação:

O Projeto Saci, idealizado pelo doutor Fernando Mendonça, diretor geral do INPE, pretendia experimentar o uso de satélites em educação, transmitindo programas de rádio e televisão para escolas de 1º grau, escolhidas aleatoriamente entre todas as escolas municipais e estaduais do Rio Grande do Norte. (ANDRADE, 2005, p.134)

² Advanced System for Communications and Education in National Development (Sistema avançado de educação para o desenvolvimento nacional)

³ A teleducação era um sistema tecnológico e midiático que usava a comunicação e TV's em um processo para educação a distância.

De acordo com as pesquisas e informações contidas no site do INPE, o Dr. Fernando Mendonça foi um grande articulador e responsável pela implementação do projeto. O INPE contou com o apoio e a parceria do Ministério da Educação (MEC), Governo do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Estadual de Educação e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio da TV Universitária (TVU). Formaram uma rede de colaboração, que precisava atuar em conjunto, pois cada parte desse coletivo foi responsável por uma atividade específica no projeto.

Este foi o cenário em que nasceu o projeto SACI. Abordamos a experiência da implementação no Estado do Rio Grande do Norte a partir da Experimento Educacional do Rio Grande do Norte (EXERN) e discutimos alguns aspectos locais na cidade de Riachuelo - RN. O Projeto integrava a aula pelo rádio e pela televisão e também acompanhava com guias, fascículos e material impresso para estudos. Tudo isso possuía o objetivo de elevar o nível da qualidade de educação e a formação de professores. Identificamos a atuação do programa a partir de relatos de algumas professoras envolvidas nesse projeto, relatórios e referência na área do estudo. Esse projeto foi dividido em três fases:

A fase 1, em que se previa a utilização de uma ligação experimental, através do satélite ATS-3, entre a Universidade de Stanford e o INPE, para a transmissão de imagens de televisão pelo sistema de varredura lenta. Seriam apresentados aulas e documentos técnicos de interesse do INPE. A fase 2 foi denominada EXERN, Experimento Educacional do Rio Grande do Norte, e envolveria cerca de 500 escolas experimentais. Previa-se a utilização, no mínimo durante um ano, do satélite ATS-6, provavelmente por volta do ano de 1972. A terceira fase previa a utilização de um satélite usado precipuamente para fins educacionais e educação primária, podendo vir a ter outros usos para telecomunicações. (OLIVEIRA; MCANANY, 1978, p. 12)

Nenhuma das três fases chegou a se materializar totalmente, devido à interrupção do Projeto. Os planos originais do SACI ainda previam o uso do rádio e/ou da televisão. Esses eram dois conjuntos que se complementavam. Ainda é importante frisar que havia um cronograma dividindo o planejamento do Projeto em 4 missões. Missão I e III: destinada ao treinamento de professores leigos para concluírem até a 4ª série e 8ª série, respectivamente. Missão II e IV: destinada aos alunos com programas de estudos destinados às três primeiras séries.

A fase 2 do Projeto SACI foi a que ocorrera a experiência educativa mais interessante e a fase de maior repercussão do projeto do Experimento Educacional do Rio Grande do Norte (EXERN). O projeto e o local obedeceram a um lugar estratégico, do pós-guerra (1945) e uma das áreas mais carentes e necessitadas de investimentos nas mais diversas ordens teve esse grande experimento, que ficou perpetuado como um marco na educação potiguar.

O Rio Grande do Norte sempre teve uma vocação para a ação inovadora, e em consequência, se torna o local do experimento do educacional do Projeto do Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), um projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ligado à Presidência da República, com o objetivo de oferecer, ao governo federal, subsídios para implantação de um sistema de teleeducação, (como era chamada a educação à distância naquela época), nos fins dos anos de 1960 e início da década de 1970. (ANDRADE, 2005, p. 133)

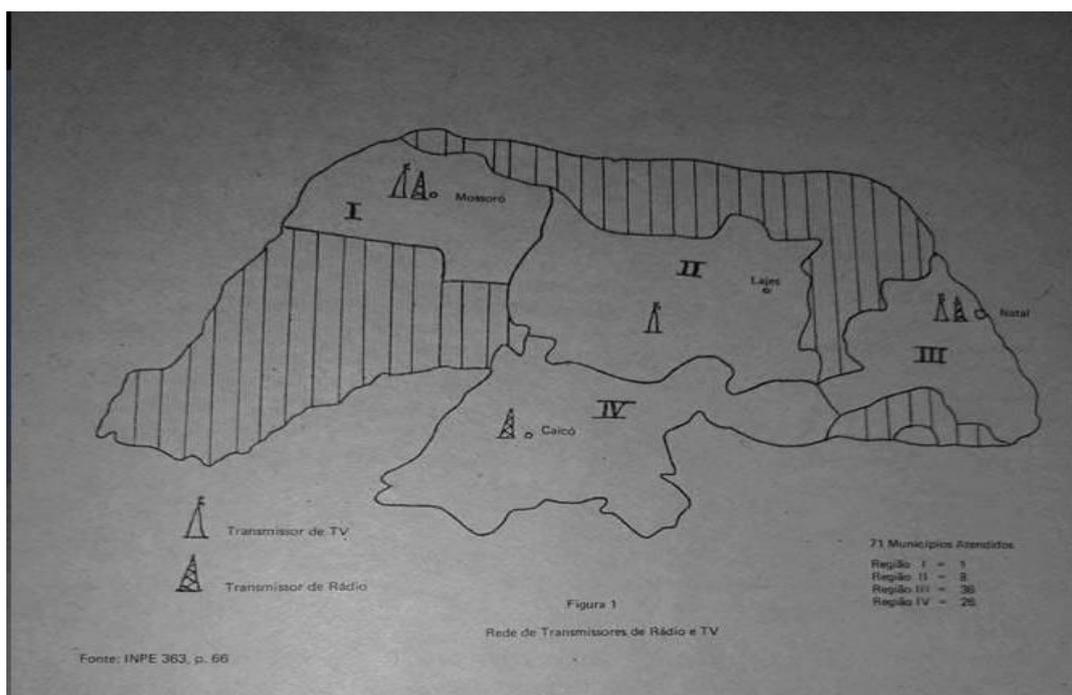
O contexto histórico foi favorável ao fato de ser feito um sistema pioneiro na educação do país no Estado do Rio Grande do Norte. Precisamos levar em conta que a televisão foi inaugurada no Brasil em 1950 e o seu acesso ocorria apenas em grandes centros e por pessoas de poder aquisitivo muito alto. O que o INPE fez foi levar esse aparelho para as escolas e trazer um verdadeiro encantamento dos professores e dos alunos, pois eram poucos desses aparelhos em todo o Estado.

Figura 01: Alcance do projeto SACI no RN

FONTE: Oliveira; McAnany (1978)

A escolha “aleatória” permitiu uma maior descentralização do Projeto nas mais diversas cidades do Estado Potiguar. Foram atendidos 71 municípios, divididos em 4 regiões que alcançaram praticamente todo Estado, à época. A única região que não fora atendida foi a de serrana de Martins-RN, devido a sua altitude, o que impossibilitou a transmissão dos sinais de rádio e TV.

O tempo de transmissão das aulas eram de 15 minutos para os alunos e de 30 minutos para o professor. O material didático produzido para a rádio e a televisão era de acordo com o currículo escolar da época. Para os professores era ministrado: Português, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, além de Pedagogia e



Psicologia Aplicada. Para os alunos, eram disponibilizados os módulos que contemplavam as áreas de Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Artes, contendo também algumas atividades de Educação Física.

De acordo com Paiva (1983, p.144)

Desenvolveu-se no EXERN dois tipos de organização curricular. a) currículo integrado (Missões II e IV) destinado às quatro primeiras séries do 1º grau, onde os objetivos e conteúdos afins de cada área eram compatibilizados de modo a permitir um conjunto de experiência de aprendizagem em torno de temas centrais por unidade. Esse currículo foi desenvolvido sob a forma de módulo de ensino. A cada objetivo específico correspondia a um módulo do programa. [...] b) currículo não integrado (Missões I e III) destinado aos professores como cursos de capacitação, onde cada disciplina era tratada independentemente uma da outra, sendo o planejamento também realizado por cada orientador de área que escolhia os objetivos e os números de aulas de acordo com a necessidade do curso.

As missões eram destinadas tanto para alunos quanto para professores e o EXERN foi uma experiência que atendia às demandas da formação de professores e alunos, sob a supervisão de um orientador que organizava os módulos a ser trabalhados. Nesse quadro, identificamos as missões e o tempo destinado a cada programa.

Neste contexto histórico de valorização na perspectiva na área tecnológica em favor da educação

O projeto Saci foi concebido e proposto numa época em que duas importantes correntes de pensamento permeavam o modo de pensar sobre o desenvolvimento e educação. Por um lado, havia uma enorme fé no potencial das contribuições da tecnologia para a solução dos problemas sociais. De outro, os valores e prioridades atribuídos ao processo de escolarização e à melhoria de ofertas de oportunidades educacionais tenderam a instigar esforços redobrados em todo o mundo. (OLIVEIRA, MCANANY, 1978, p. 13)

Figura 02: Missões do Projeto SACI

MISSÃO I	MISSÃO II	MISSÃO III	MISSÃO IV (b)	TOTAL Programas Produzidos
<p>– Para professores leigos da 1a. à 4a. série. Jan. – Nov. 1973</p> <p>– 488 programas de TV, de 15 min. cada; 2 emissões diárias; 10 semanais.</p> <p>– 488 programas de rádio; 15 min. cada; 2 emissões diárias; 10 semanais.</p> <p>– 488 materiais impressos</p>	<p>– Séries de TV para a 1a. série. Séries de Rádio para a 2a. série. Março – Nov. 1973</p> <p>– 150 programas de TV; 15 min. cada; uma emissão diária; 5 semanais (divididos em 673 módulos).</p> <p>– 150 programas de rádio; 15 min. cada; uma emissão diária; 5 semanais; (385 módulos).</p> <p>– 300 guias do professor; 12 textos de leitura para os estudantes.</p>	<p>– Para professores leigos da 5a. à 8a. série. Jan. – Nov. 1974</p> <p>– 63^(c) + 390 programas de TV; 15 a 20 min. cada; duas emissões diárias; 10 semanais.</p> <p>– 63 + 390 programas de rádio; 15 a 20 min. cada; duas emissões diárias; 10 semanais.</p> <p>– 63 + 390 materiais impressos.</p>	<p>– Séries de TV para a 2a. série. Rádio para a 3a. série</p> <p>– 150 programas de TV; 15 min. cada; uma emissão diária; 5 semanais. (786 módulos).</p> <p>– 150 programas de rádio; 15 min. cada; uma emissão diária; 5 semanais (639 módulos).</p> <p>– 300 guias do professor.</p>	<p>1.241</p> <p>1.241</p> <p>1.541</p>

Fonte: Oliveira; McAnany (1978)

A ideia é de que a tecnologia a serviço da educação seria muito útil para colaborar com a melhoria da qualidade de educação. De acordo com Paiva:

O projeto SACI/EXERN apresentava-se *modernizador, cientificista, tecnicista*, embora a situação de atraso perdurasse em tudo que rodeava. O uso do enfoque sistêmico criou a predominância técnica de análise de sistemas, até mesmo em detrimento das pedagógicas. (1983, p. 146, grifo da autora.)

No Estado do Rio Grande do Norte havia problemas muito críticos no tocante à educação: problemas de quantidade e qualidade no ensino; taxa de repetência muito alta evasão; falta de condições de trabalho adequadas, dentre outros aspectos. Outra dificuldade considerada grave também foi a falta de formação docente, uma vez que o professor, na sua grande maioria, não tinha sequer concluído o então ensino primário. Nesse contexto e dentro dessas perspectivas é que foi inserido o Projeto SACI.

Ademais, a escolha da implementação do Projeto Saci no Rio Grande do Norte se deu por uma série de razões:

Os estudos preliminares de viabilidade, que aparentemente levantaram outras alternativas, argumentam que aquele estado se apresentava como típico dos estados mais pobres da federação, devido a sua situação socioeconômica e as características físicas e geográficas de relativa variedade: zonas litorâneas, zonas áridas, típicas do Nordeste, zonas agrícolas. Se o projeto pudesse viabilizar em tais condições, provavelmente funcionaria também em outros estados. [...]. Uma outra teoria alternativa sobre a escolha do local para o EXERN encontra explicação nos laços institucionais já existentes entre o INPE e a estação da Barreira do Inferno, em Natal. (OLIVEIRA; MCANANY, 1978, p.14)

São duas explicações plausíveis e ambas têm fundamentação. O professor Arnon Andrade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estudioso sobre o tema, defende a ideia da relação entre INPE e Barreira do Inferno e isso teria facilitado a escolha do local. De qualquer forma, tivemos, efetivamente, o Rio Grande do Norte como o local escolhido para essa rica experiência educativa.

Sob a justificativa de altos custos e das críticas de que o programa não era eficiente mediante sua composição do contexto e da realidade local, o projeto SACI encerrou suas atividades em 1976, não atingindo totalmente seus objetivos originais propostos. O

projeto que seria piloto para todo o Brasil teve como experiência apenas o Rio Grande do Norte. Após muitos investimentos, parecia um contrassenso desperdiçar a mão de obra capacitada, o material que fora trazido de São José dos Campos para Natal, os investimentos físicos e toda a infraestrutura utilizada para implementar o projeto. Assim, o INPE resolveu investir na capacitação dos técnicos da Secretaria de Educação do Estado e de técnicos da TVU - TV Universitária da UFRN, que dariam continuidade ao projeto em nível estadual.

O Sistema de Teleducação do Rio Grande do Norte (SITERN) foi o programa de continuidade do Projeto SACI no Estado do Rio Grande do Norte, com vistas a aproveitar toda infraestrutura e material do projeto para sua expansão

[...] começou uma fase que o MEC chamou de “estadualização do SACI”, que consistia em manter o funcionamento do sistema, transferindo a coordenação para a UFRN e SEEC. A UFRN recebeu os equipamentos de geração e transmissão de sinal de TV e a SEEC recebeu os equipamentos de recepção, instalados nas escolas. O MEC fez um contrato com o INPE para um curso de especialização em Tecnologia Educacional e, com o pessoal treinado, a Universidade assumiu a administração da TV Universitária, cujo canal já lhe pertencia e que fora utilizado para transmissão de programas educativos na época do experimento. (ANDRADE, 2016, p. 117)

O programa continuou por meio agora dos técnicos e das instituições do Estado do Rio Grande do Norte. De uma forma mais genérica, o SITERN utilizou a mesma metodologia de trabalho que fora usada no projeto SACI. Foram criados fascículos para a formação dos professores, dos alunos e ampliados o acesso e a oferta da teleducação no Estado.

De acordo com Oliveira (1983), o projeto previa aumentar o número de escolas atendidas de 500 para 1.200 escolas, atingindo até 40.000 alunos. Problemas na equipe da SEEC foram cruciais para que o projeto não tivesse maior potencialidade, pois parte da equipe era responsável para elaborar materiais para o 3º e 4º ano, mas ficaram poucos integrantes. Com a equipe dispersa, começaram a utilizar as cartilhas usadas pela própria escola, fazendo leituras auxiliares. Em material encontrado no arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Riachuelo, há uma sugestão do uso da cartilha “Meninos da nossa idade” para acompanhamento das aulas.

A programação do SITERN do primeiro semestre de 1983⁴ estava dividida em: a) Programas culturais de apoio às atividades curriculares das quatro primeiras séries do 1º grau; b) programas de atualização para professores, que tem como objetivo reciclar⁵ o docente para melhor desempenho de suas funções; c) informativo SITERN que almeja integrar e inteirar a escola/comunidade, através das apresentação de atividades, nelas, realizadas; d) programas “Viajando o sertão”, direcionados à comunidade, com o intuito de valorizar e preservar a nossa cultura e o e) momento religioso que almeja dar oportunidade a todos que assistirem práticas religiosas.

Todos os episódios tinham dias e horários específicos para ser exibidos pela TVU, incluindo dias que até a programação era reprisada.

As teleaulas do referido sistema tinham a duração de 10 minutos, em que objetivava motivar os alunos para que a professora da comunidade de forma presencial pudesse inserir os conteúdos a serem trabalhados partindo de um roteiro programático. Os conteúdos dos programas seguiam a grade curricular do PAEM. (SIMÕES, 2003, p. 98)

Nessa perspectiva, compreendemos que havia uma abrangência maior para que a comunidade fizesse parte da escola e participasse, assistindo aos programas do SITERN, como no caso das missas. O Sistema de Teleducação durou aproximadamente até 1986 nas escolas do Estado do Rio Grande do Norte. O trabalho do professor posterior aos vídeos era muito técnico e consistia em seguir o roteiro distribuído pela SEEC, tanto na questão das atividades que eram relacionadas para a complementar o que era ensinado, quanto para o preenchimento de espaços, informando sobre o sinal, a recepção, o programa que havia assistido. Percebemos que não havia nenhuma reflexão ou questionamento sobre o teor do programa.

O Projeto Logos II

A questão da formação do professor é fundamental para a qualidade de educação e, ao longo dos anos na história da educação, encontramos políticas públicas de formação de professores.

Segundo Silva Filho (1985, apud FUSARI,1990, p.39)

⁴ Informações retiradas do guia de programação.

⁵ Termo utilizado na época que significava capacitar professores.

O primeiro grande programa de dimensão leigo no Brasil foi o Programa de Aperfeiçoamento Primário (PAMP) que visava oferecer os professores do antigo curso primário a escolarização das quatro séries que lhe faltava, acompanhada de uma formação pedagógica mínima. Mas o PAMP não foi assumido como uma sistematização programática para eliminar o laicato do ensino primário. Mas, à medida que crescia o número de professores capacitados, não decrescia o ingresso de novos professores leigos nos sistemas de ensino.

Assim, o curso, embora capacitasse os professores, não havia ainda uma política pública voltada para o enfrentamento do aumento da quantidade de professores leigos. O Logos I foi um projeto piloto que habilitou o professor em nível de 1º grau em 12 meses, sem retirá-lo da sala de aula. Esses docentes tinham as características mais comuns entre os professores leigos, eram, sobretudo da área rural, com limitações orçamentárias e problemas de áreas longínquas do interior do país e que tinham diferenças nos níveis de escolaridade dos professores não-titulados.

A alternativa encontrada foi a do parecer 669/72 do relator Valnir Chagas, relator também da Lei 5692/71, que regulamentou o ensino supletivo e o adequou à situação do professor leigo, não exigindo a titulação do 1ª grau para continuar os estudos do 2º grau. Sendo assim, o professor leigo pode fazer o curso mesmo não tendo a conclusão regular ou seriada do 1º grau completo, o que se constituía como uma realidade em todo território nacional a partir da lei educacional em vigor. O mesmo parecer 699/72 para os professores leigos, permitiu que, acima de 18 anos, já pudessem cursar o ensino supletivo. O Logos II foi uma grande aposta do Governo Federal e Estadual para a educação, com um projeto audacioso e de grande alcance do interior do Brasil, tendo o Nordeste uma grande demanda de professores para formação docente.

O método de ensino era personalizado, em que o professor estudava, mediante o módulo e, após isso, procurava o polo para realizar o exame com o seu coordenador. O Projeto Logos II foi um curso na modalidade a distância, o primeiro nessa modalidade para formação de professores em nível de 2º grau. Isso, em parte, pode explicar o grau elevado de evasão, de diversos professores, que correspondia à habilitação de professores leigos no que tange ao segundo grau.

O Logos II pretende, via ensino supletivo, mediante o uso de módulos instrucionais e com avaliação, no processo, habilitar professores a nível de 2º

grau, para lecionar, nas 4 primeiras séries do 1º grau, nos Estados do Piauí, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rondônia (DSU/MEC, 1975). Os módulos são organizados em séries correspondentes as disciplinas, num total de 204 módulos, que devem ser completados num prazo de 28-30 meses (em média 7 módulos por mês). Cada módulo consiste num fascículo de 20-40 páginas abrangendo disciplinas de educação geral como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas ou de formação especial como Sociologia Educacional, Didática Geral, História da Educação, entre outras. (ANDRÉ; CANDAU, 1984, p. 23)

As disciplinas eram divididas em dois blocos: disciplinas de Educação Geral e Disciplinas de Formação Específica. Vale salientar que as matérias correspondiam às disciplinas equivalentes ao curso de magistério na modalidade normal. Segundo o próprio relato das professoras, o Logos II era considerado um curso difícil, mas era muito bom. As docentes destacam que aprenderam muito e que o curso as proporcionou diversas aprendizagens e habilidades, sobretudo trazendo maior segurança durante suas aulas. Isso significa que o curso concluído possibilitou que as professoras tivessem maior autonomia e mais confiança em suas práticas docentes.

Essa foi uma política governamental útil no processo de formação de professores, demonstrando que há processos de formação ofertados pelo Governo Federal desde a década de 1970 e que tal curso foi relevante para a formação dos professores leigos. O curso era de fato preparatório para a docência e compunha, em seu currículo, uma carga horária voltada para a educação. O Logos II foi planejado para ser desenvolvido em cinco etapas: a primeira de 75 a 77, a segunda de 76 a 78, a terceira de 76 a 78, a quarta de 76 a 79 e a quinta de 79 a 81. (ANDRADE, 1995, p. 69). Nessa perspectiva, Brasileiro acrescenta que:

Desse modo, a expansão que se deu a partir de 1976 e que se consubstanciou no projeto Logos II, ampliou os propósitos do projeto experimental, adotando-se o objetivo de habilitar (suplência profissionalizante ao nível de 2º grau) para lecionar até a 4ª série do 1º grau de professores não-titulados em exercício das quatro séries iniciais. (1994, p.95)

No Jornal Diário de Natal do dia 13/02/1976 é lançado o edital da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, convocando os professores leigos a prestarem o exame e se inscreverem no programa. Uma revista de circulação da

Secretaria Estadual de Educação, a revista *Pedagogium*, trouxe, em uma edição de 1978, dados iniciais do projeto Logos II no RN.

O projeto Logos II que utiliza a técnica de ensino a distância com instrução programada e que visa habilitar em nível de 2º grau o professorado leigo, foi implantado no Rio Grande do Norte, em agosto do ano passado [1977] já tendo atingido até o momento, 5.270 professores esperando nos próximos 60 meses atingir um total de 10 mil professores habilitados. Considerado pelo Secretário de Educação, como um dos mais importantes do Estado, do campo da educação, o Logos II tem um prazo estipulado para seu encerramento, que deve acontecer em 1980. (REVISTA PEDAGOGIUM, 1978, p. 9)

Ainda de acordo com dados da Revista *Pedagogium*, houve um levantamento inicial de número de egressos com a primeira turma do Logos II. Consideradas pelos cursistas como principais motivos para a desistência do curso, o projeto Logos II apresenta até 1978 uma taxa de evasão de 77,7%. A revista trouxe também os motivos que justificaram a desistência.

Quadro 1: Professores cursistas do Logos II no RN (1977)

Cursistas que se mudaram para lugares onde não existia o Logos II	19,4%
Cursistas que ficaram gravemente doentes	16,8%
Cursistas que foram demitidos	6,5%
Problemas familiares, distância, condições financeiras e aposentadoria	28%

Fonte: Revista *Pedagogium* (1978)

Em relação ainda sobre a desistência dos 77,7%, levando em conta as redes de educação, foram: 58,6% de professores da rede municipal; 40,5% da rede estadual e 0,9% da rede particular. Conforme podemos observar, esse é um número muito elevado, o que praticamente nos leva a inferir que dos 5.272 professores cursistas no Estado do Rio Grande do Norte, pouco mais do que 1.200 professores concluíram que estavam cursando normalmente o projeto Logos II, podendo esse número ainda ter aumentado até o final dessa primeira turma. São índices alarmantes que denunciaram a dificuldade de formação para o professor potiguar leigo. No tocante a formação e profissionalização a partir do Logos II, era preciso, além dos módulos, complementar seus estudos com os estágios.

Assim, participar de estágios se tornou uma tarefa inviável, devido ao fato de os professores estarem em sala de aula. Nesse sentido, o microensino ganhou um papel central nesse processo do curso Logos II, que possibilitou a prática e a avaliação da aula ministrada.

Concomitantemente com as tarefas normais de estudo dos módulos, das orientações e das avaliações, como já apontamos anteriormente, o Projeto-piloto previa que o cursista teria que cumprir 2.000 horas de estágio supervisionado. Porém, essa forma de avaliar a prática do professor-cursista foi considerada pelo MEC e o CETEB, como inviável ponto de vista prático - tempo e distância - e pela falta de recursos financeiros (CETEB, 1984). Um supervisor docente teria que atender 300 salas de aula, o que daria menos de uma visita por ano e que a maioria das escolas ficava em regiões de difícil acesso, realmente essa atividade seria impraticável sem a contratação de novos supervisores, o que, pela posição do MEC, não era possível. Assim, foi extinta a função do supervisor docente e a supervisão em sala de aula foi substituída pelos estágios não supervisionados, tendo como aliados o microensino e os encontros pedagógicos. A partir de então, para efeitos de estágio, era considerado o somatório da carga horária dos encontros pedagógicos e as sessões de **microensino** (500h), mais a prática do cursista em sala de aula (1.120h), pois esse local continuava sendo “laboratório” de observação e aplicação de aprendizagem, porém sem a supervisão direta. (GOUVEIA, 2016, p.126, grifo nosso).

O microensino era uma técnica de aula em que o professor-cursista tinha que elaborar uma aula com vistas do seu coordenador para que ele ministrasse uma aula para outros professores-cursistas. Ele era avaliado e tinha uma média a atingir. A média era 7,0 e, em caso de não conseguir o êxito, teria outra oportunidade para ministrar a sua aula novamente.

As sessões de microensino envolvem grupos de 5 a 12 cursistas para o treinamento de cinco habilidades: “fazer perguntas”, “dar exemplos”, “aumentar a participação”, “variar a situação-estímulo” e “reforçar a aprendizagem”. Nessas sessões cada cursista observa as microaulas dos colegas, bem como apresenta sua microaula que, por sua vez, é observada e avaliada pelo grupo. Quando o cursista não alcança o critério mínimo de desempenho, a habilidade é replanejada e apresentada novamente como reensino. (ANDRÉ; CANDAU, 1984, p.23, grifo dos autores.)

Assim, os estágios dos professores eram entre seus pares e também com orientação de um supervisor, sendo proveitoso para a formação dos professores e colaborou com a formação pedagógica, diminuindo a quantidade de professores leigos no

Estado do Rio Grande do Norte e proporcionando que houvesse uma maior capacitação docente.

Considerações Finais

A formação das professoras leigas, que possibilitaram mais aprendizado e maior capacitação e que as deixaram mais autônomas no processo de ensino aprendizagem, foi um capítulo importante na história da educação do RN, pois perdurou toda a década de 1970 e início da década de 1980. Desta feita, o Projeto SACI e o Projeto Logos II foram os maiores exemplos de capacitação e profissionalização docente, que foi amplamente ofertado no Estado. Elas também replicaram esse mesmo ideário e os cursos que havia feito, atualização pedagógica, Projeto SACI, Logos II, ambos de cunho e de assinatura do Regime Militar, legitimaram as suas ações e práticas enquanto docentes. Não há dúvidas de que as professoras leigas foram fundamentais e desempenharam um papel importante na educação pública municipal, possibilitando que muitos alunos tivessem acesso à educação.

Ademais, consideramos importante o registro histórico e a disponibilização das informações para a comunidade acadêmica e científica, bem como a comunidade de destino da pesquisa, sendo um trabalho que poderá nortear outros estudos também semelhantes em outras redes de ensino. Assim, esperamos que esse trabalho possa contribuir para as discussões sobre a história da educação, possibilitando e estimulando o interesse da pesquisa na área e fomentando discussões e debates para a ampliação do conhecimento.

Finalizando, percebemos que esse estudo poderá servir como uma referência para outras pesquisas, a partir de temas discutidos, pois enquanto trabalho, abrangeu temas diversificados que compuseram a cultura escolar. Sendo assim, pode-se, por meio dele, suscitar outros questionamentos, direcionamentos e reflexões sobre a história da educação. Aliás, o tema da profissionalização das professoras leigas foi uma temática que já possibilitou a escrita de um projeto de pesquisa, fruto da realização desse trabalho.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, J.P. **Projeto Logos II na Paraíba**: ingerências políticas e implicações na sua proposta político-pedagógica. 1995. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1995.

ANDRADE, Arnon A. M. de. Política e afeto na produção de identidades e instituições: a experiência potiguar. In: _____. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, set/dez. 2005, p. 133-138. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000300011&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2017.

ANDRADE, Arnon A. M. de. Educação a distância no Rio Grande do Norte. **Em Aberto**. Brasília, ano 16, n. 70, abr./jun. 1996 Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2088/2057>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ANDRE, M. E. D. A; CANDAU, V. M. O projeto Logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo. **II Seminário Regional da Pesquisa em Educação**. Belo Horizonte: fundação Carlos Chagas, 1984.

BRASIL. **Lei 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espacolegislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf> Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASILEIRO, Helena Márcia Rabello. **Professor leigo e políticas educacionais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

FERREIRA NETO, João Faustino. Professores leigos recebem curso de aperfeiçoamento. **Revista Pedagogium**, Natal, v.01, n. 08, p. 16 - 18, abr. 1978.

FUSARI, José Cerchi et. al. **O professor de 1º grau**. São Paulo: Loyola, 1990.

GOUVEIA, Cristiane Talita Gromann de. **O Projeto Logos II em Rondônia**: a implantação do projeto-piloto e as mudanças em sua organização político-pedagógica. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

OLIVEIRA, João Batista Araujo; MCANANY, Emile. **Projeto Saci**: Embrião de um Satélite Educativo. Estudos e Pesquisas 8. Rio de Janeiro: INTED, 1978.

PAIVA, MarluCIA Menezes de. **SACI e SITERN**: racionalidade e educação: os descaminhos da TV-E no Rio Grande do Norte. 1983. 216 f. Dissertação (Mestrado em

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1983.

SIMÕES, Elane Fátima et al. Projeto SACI e SITERN: leituras e releituras. In: **Pioneirismo em educação a distância**. Natal: CEFET-RN, 2003. p. 83-110.